

INTEGRALIDADE NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM CAMPINA GRANDE-PB: O PAPEL DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE

Magna Adriana Carvalho¹, Lúcia Maria Patriota², Mônica Barros da Nóbrega³

1. Universidade Estadual da Paraíba / Departamento de Serviço Social, Rua Licionéia M^a da Conceição, 2181, B2Q18, Apt^o. 102- Dinamérica - Campina Grande - PB – CEP – 58100.000
E-mail: magnaacarvalho@yahoo.com.br
2. Universidade Estadual da Paraíba/ Departamento de Serviço Social, Rua Antonio Guedes de Andrade, 114- Catolé – Campina Grande- PB – CEP- 58.1000.100.
3. Universidade Estadual da Paraíba I Departamento de Serviço Social, Rua Severino Ramos de Andrade, 180, Apto. 203 - Catolé -Campina Grande - PB – CEP - 58.100.000
E-mail: monicabnobreaga@bol.com.br

Resumo: Este trabalho resulta de uma pesquisa realizada em 2007, com o objetivo de analisar o papel do Serviço Municipal de Saúde do município de Campina Grande-PB na construção e efetivação da integralidade na assistência à saúde, na concepção dos gestores municipais da saúde a partir de 1990, apreendendo a concepção destes gestores sobre integralidade na assistência à saúde e identificando os desafios e possibilidades para a sua implementação e efetivação no município. O procedimento metodológico foi de natureza qualitativa, com a utilização de entrevista semi-estruturada e observação sistemática. A amostra foi constituída por seis gestores que administraram a saúde do município e para o tratamento dos dados recorreu-se a técnica de análise de conteúdo. Campina Grande é referência na saúde e possui, em média, uma população de 400.000 habitantes. O Serviço Municipal de Saúde é um Centro de Especialidades, na categoria de Policlínica, responsável pelos atendimentos do nível Secundário do modelo assistencial implantado no município.

Palavras-chave: Política de Saúde; Integralidade na assistência a saúde; Gestão municipal.

Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

Campina Grande é um município do Estado da Paraíba que se destaca na área da saúde pelo seu protagonismo na implementação do Programa Saúde da Família (PSF), em 1994. Possui uma população de quase 400.000 habitantes, destacando-se também na área tecnológica, científica, econômica e cultural. Dispõe de uma rede hospitalar composta de 19 hospitais, dentre públicos, privados e filantrópicos; 21 Unidades Básicas de Saúde; 03 Centros de Saúde e O Serviço Municipal de Saúde, na categoria de policlínica.

Referência de assistência à atenção ambulatorial o Serviço Municipal de Saúde, fundado na década de 1990, faz parte do conjunto de ações que compõem a média complexidade do modelo assistencial. Atende a população campinense e dos municípios circunvizinhos, que formam o pacto de contratualização da saúde entre municípios.

Assim, estudar o desempenho do Serviço Municipal de Saúde do Município de Campina Grande-PB na construção e

efetivação da Integralidade na assistência à saúde torna-se relevante, a medida em que supre a lacuna de produções teóricas acerca do tema. Acredita-se que a importância desse estudo está na possibilidade dos seus resultados contribuírem no debate acerca da Integralidade, enquanto princípio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portanto, o presente trabalho registra os resultados de uma pesquisa realizada no ano de 2007; cujo objetivo foi analisar o papel do Serviço Municipal da Saúde do município de Campina Grande, na construção e efetivação da integralidade na assistência à saúde, na concepção dos gestores municipais da saúde a partir de 1990.

Metodologia

Na pesquisa foram priorizados os aspectos qualitativos, considerando a dinâmica da vida individual e coletiva de cada um dos informantes.

Para a coleta dos dados foram utilizadas entrevista semi-estruturada e observação sistemática. Recorreu-se ainda a dados

secundários do Sistema de Informação do Serviço Municipal de Saúde, da Secretária Municipal de Saúde, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretária Municipal de Planejamento.

A amostra foi do tipo aleatória simples, constituída de 06 gestores da saúde do município de Campina Grande, que estiveram à frente da administração da saúde a partir da década de 1990, num universo de 08 gestores.

Para o tratamento dos dados adotou-se a técnica de análise de conteúdo, a qual possibilita encontrar respostas para os questionamentos e confirmar ou não os pressupostos estabelecidos previamente.

Resultados

Os gestores selecionados para participarem da pesquisa estão na faixa etária de 35 a 75 anos. Quanto ao nível de escolaridade uns são graduados em medicina, outros em economia, fisioterapia, etc. Alguns são pós-graduados, com renda mensal de 06 à 10 salários mínimos. Dentre eles, 05 são do sexo masculino e 01 do sexo feminino. Atualmente 02 são professores universitários, 03 funcionários públicos e 01 aposentado e médico do PSF. Do total, apenas 04 residem em Campina Grande e alguns participaram efetivamente do Movimento de Reforma Sanitária no país.

Foi possível constatar que esses gestores caracterizam o Serviço Municipal de Saúde como “um serviço importante para o município, com a função de integralizar a atenção secundária”. Para eles, embora a integralidade no município ainda não esteja consolidada, mas o Serviço Municipal de Saúde serve de referência e contra-referência para a atenção primária e terciária.

Nesse universo, predomina o entendimento sobre saúde relacionada à qualidade de vida e sobre o SUS enquanto um sistema que está em construção. Para os gestores é preciso reestruturar os níveis de atenção, garantir a integralidade, minimizar a demanda reprimida, integralizar a referência e a contra-referência, tornar acessível e de qualidade o cuidado com o usuário, ou seja, inverter a lógica predominante de saúde hospitalocêntrica.

Entendem que a consolidação do SUS só se dará através da implementação dos seus princípios norteadores, dentre eles o da integralidade, entendida como ação para interagir todos os princípios em sua totalidade. No município de Campina Grande, o Serviço Municipal de Saúde, enquanto policlínica, tem a função

integralizadora, muito embora se depare com enormes desafios, principalmente no que se refere às questões econômicas, políticas e culturais, repercutindo, necessariamente, na falta de resolutividade do serviço.

Discussão

A integralidade da atenção à saúde é um dos princípios do SUS que mais vem sendo discutido em nível nacional, por não ter sido ainda possível efetivá-lo plenamente.

O SUS tem como prioridade integralizar todos os seus princípios de forma a garantir que a atenção à saúde se molde conforme a determinação constitucional, com a perspectiva de superação do modelo médico centrado no biológico. Para tanto, se faz necessário à integralização entre as diversas técnicas e a proposição de ações intersetoriais que visam a redução do risco de doenças e outros agravos, a promoção da qualidade de vida e o atendimento das reais necessidades da população.

Para integralizar a assistência à saúde pressupõe-se que haja articulação entre a prevenção, a promoção e a assistência, com integralidade na prática profissional, no trabalho em equipe, nos serviços de saúde com foco na intersectorialidade, nas práticas alternativas e na formação profissional.

Assim, a integralidade é entendida como eixo essencial para unificar e se sobrepor a partir da idéia do direito a atenção à saúde básica, de média e alta complexidade, tendo a cidadania como integradora desta ação.

Para Mendes (2001), a integralidade na saúde não é de dimensão única, mas significa o tudo. A integralidade, segundo o autor, tem duas dimensões: a horizontal e a vertical. A dimensão horizontal se refere à ação de saúde em todos os campos e níveis, enquanto que a dimensão vertical inclui a visão do ser humano como um todo, único e indivisível.

Garantir a integralidade significa, portanto, desenvolver ações intersetoriais para alcançar níveis crescentes de saúde. Para isto, se faz necessário integrar as ações e os serviços de saúde e suas diversas sub-áreas do conhecimento, permitindo a efetivação de uma ação que considere todas as dimensões da vida individual e coletiva.

Alguns autores comentam que para implementar a integralidade é preciso articular e organizar todos os níveis de atenção com um entrelaçamento de referência e contra referência entre a pequena, média e alta complexidade. Um

referenciando o outro de forma efetiva e resoluto.

Pinheiro (2001), ressalta que discutir integralidade no SUS é também tratar dos compromissos das instituições de saúde, sobretudo, das que operam com a racionalidade biomédica, que são: as universidades, os hospitais, as instituições científicas e os conselhos da área de saúde”.

Em Campina Grande, o Serviço Municipal de Saúde, enquanto Centro de especialidades, atende usuários referenciados pela atenção básica do município, estendendo-se também para outros que fazem parte do pacto entre municípios com atendimento ambulatorial referenciado.

Contudo, várias são as críticas que fomentam debates e questionamentos entre pesquisadores e estudiosos da saúde no município de Campina Grande a respeito do papel desse serviço na concretização da integralidade no município.

Foi possível constatar que, embora reconheçam a importância do Serviço Municipal de Saúde no nível de atenção secundária, o referido serviço não apresenta resolutividade suficiente, pois se constata uma enorme demanda reprimida.

Conclusão

A integralidade é um princípio do SUS que está associado ao tratamento digno, respeitoso e com qualidade, acolhimento e vínculo. Isto é, um termo plural, ético e democrático.

O Serviço Municipal de Saúde no município de Campina Grande, objetivando consolidar a integralidade no SUS, vem enfrentando enormes desafios.

As considerações feitas pelos gestores permitem ressaltar a conjuntura política do país, as condições adversas enfrentadas pela política de saúde e o constante ataque ao SUS, como entraves para consolidação da integralidade na assistência a saúde em Campina Grande-PB.

Os gestores entrevistados consideram o momento atual como sendo de retrocesso nas conquistas do Movimento Sanitário, pois se assiste o predomínio da lógica hospitalocêntrica e o desmonte dos direitos sociais, inclusive o da saúde.

Referências

- MENDES, E.V. **Os Grandes Dilemas do SUS**. Salvador: Editora Casa da Qualidade, 2001. Tomo I.
- PINHEIRO R; MATTOS, R. A. de (org). **Os Sentidos da Integralidade: na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro: UERJ, IMS: ABRASCO, 2001.